

FATOS E NOTAS

O INFANTE D. HENRIQUE E AS RESPONSABILIDADES DO DESASTRE DE TÂNGER (*).

Em 1415 os portugueses conquistaram Ceuta, tendo se distinguido na peleja os filhos de D. João I, os infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique que, em prêmio dos seus feitos, foram armados cavaleiros na mesquita transformada em templo católico logo após a vitória. Assim começou a cruzada portuguesa em Marrocos contra os infiéis.

A conquista lusitana desencadeou a reação muçulmana e os régulos de cidades como Tânger, Granada, Marraqueche, Tunes e Bugia se coligaram contra os cristãos e a muito custo os portugueses conseguiram manter a conquista, cobrindo-se de glória nessa luta o infante D. Henrique.

Em 1435 o Papa, pelo bula da conquista das Canárias, provocou o descontentamento de Castela que no Concílio de Basiléia proclama os seus direitos sobre a Mauritânia e a Tingitânia. O Papa Eugênio IV, temendo um conflito luso-castelhano, insiste com el-rei D. Duarte, sucessor do Mestre de Avís, para que entregue Ceuta aos espanhóis que se julgavam com direito a ela em virtude da sua posição geográfica em face da Espanha. Só um golpe de força, como a conquista de Tânger, daria a Portugal uma sólida posição na Mauritânia, daí a necessidade da conquista dessa praça, já preconizada por D. João I no seu testamento. Esse modo de pensar não era unânime na família real e na côrte, pois os infantes D. Pedro e D. João eram contra a emprêsa, assim como o conde de Barcelos, se bem que a idéia fôsse fortemente apoiada pelos infantes D. Henrique e D. Fernando.

Em agôsto de 1437 partia o grosso da expedição rumo à Mauritânia, onde permaneceu por muito tempo, impossibilitando a surprêsa como acontecera na tomada de Ceuta, dando conhecimento aos mouros das intenções dos portugueses e possibilitando aos mesmos a construção de grandes fortificações.

(*) — Nota apresentada à Semana Henriquina, patrocinada pela Casa de Portugal, de 4 a 10 de novembro de 1960 (Nota da Redação).

A 13 de setembro é dado o assalto geral a Tânger, mas as escadas não alcançam o tampo das muralhas e assim os esforços dos denodados guerreiros fracassaram e os lusos são repellidos, resistindo a cidade brilhantemente ao ataque.

Ante o perigo do corte das comunicações entre o arraial e a esquadra ancorada ao largo, resolveram os portugueses bater em retirada à noite, mas fracassaram no seu intento e só encontraram salvação numa proposta desesperada: a entrega de Ceuta mediante a permissão de alcançarem a esquadra. Os mouros aceitaram, mas pediram garantias. E' aí que o infante D. Fernando se esforça para ser tomado como refém, sacrificando-se pela salvação dos seus companheiros.

Após o regresso da expedição ao Reino, reúnem-se as côrtes em Leiria para resolver o assunto, mas depois de muita discussão chegaram à conclusão que a praça não deveria ser devolvida, permanecendo o infante D. Fernando em cativo, no qual aliás iria morrer.

D. Pedro, regente na minoridade de D. Afonso V, quis entregar Ceuta em 1440, só não o fazendo em virtude da repulsa geral, principalmente de D. Henrique que, isolado em Sagres, prosseguia na grande obra dos descobrimentos marítimos.

Agora surge uma pergunta: a quem cabe a responsabilidade pelo desastre de Tânger? A el-rei D. Duarte ou a D. Henrique comandante em chefe da expedição?

O Pe. Domingos Maurício Gomes dos Santos S. J. em obra recente (1), ao estudar o assunto da mal sucedida expedição, assim se manifesta:

“As responsabilidades do desastre, porém, cabem, se não exclusivamente ao menos principal, direta e imediatamente, a D. Henrique. Mal assumiu a chefia da expedição, o infante deu provas da mais completa inabilidade” (2).

A análise do evento militar, preparação, desembarque, marcha do exército por terra, combates travados à luz dos cronistas e da documentação confirma êsse juízo, ou, de alguma forma atenua a responsabilidade de D. Henrique, seja no desastre militar, seja nos fatos subseqüentes dos quais resultou o sacrifício do Infante Santo?

1). — Domingos Maurício Gomes dos Santos, S. J., *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438)*. Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. Lisboa, 1960. 115 pp.

2). — *Ibidem*, p. 69.

Inicialmente devemos ressaltar que o segredo da expedição não pôde ser mantido em virtude da falta de transportes que obrigou o embarque das tropas a medida que elas chegavam aos portos de saída, inclusive mercenários estrangeiros. Todos os soldados foram transportados e concentrados em Ceuta. Como não iriam saber os mouros dêsses preparativos? Além disso, os portugueses de Ceuta fizeram diversas surtidas rumo a Tânger, indicando claramente a direção do ataque a ser realizado. Parte das tropas, sob o comando de D. Fernando, desembarcou da frota e o resto, principalmente a cavalaria, seguiu por terra sob as ordens de D. Henrique. Os expedicionários, mal apetrechados e mal municidados, não puderam dar um assalto decisivo e acabaram encurralados na praia entre a cidade e a frota, pelo menos é isso que os cronistas deixam entrever nos seus relatos, principalmente Rui de Pina. Acresce ainda que a artilharia trazida foi a de menor calibre — as peças grossas ficaram em Ceuta — incapaz de derrubar um lanço da muralha. Os alimentos começaram a escassear e a água foi envenenada pelos mouros; a situação tornou-se insustentável, de sitiadores os portugueses se tornaram sitiados, principalmente pela ação da cavalaria moura que acorria de outros lugares em socôrro da praça investida.

A expedição em si — se não fôra o episódio de sacrifício de D. Fernando — não passaria de um insucesso temporário em face do vulto da conquista de longínquas possessões africanas, obra de D. Henrique e também de D. João II. Por isso compreendemos porque D. Henrique resistiu à entrega de Ceuta aos mouros, dizendo que “ela era de Deus”, prevalecendo a sua opinião e sacrificando o Infante Santo.

Que a empresa fôra mal organizada não há a menor dúvida, talvez por falta de transporte, pois ficaram em Portugal cerca de 3.500 soldados: um têrço do efetivo realmente engajado na peleja. Também não vieram os navios da Inglaterra e talvez os da Flandres, devido à guerra do Duque da Borgonha contra o bretão. Grande número de embarcações castelhanas assalariadas permaneceram imóveis no gôlfo Cantábrico.

O exército retirou-se em relativa boa ordem, pois as suas perdas não somaram 500 homens mortos, ficando apenas na praia a artilharia e a cavalaria. O acôrdo de Ceuta não fôra taxativo e sim condicional. Também devemos levar em conta que as condições impostas pelos mouros para a devolução de D. Fernando nunca foram revestidas de sérias garantias de que a operação seria realmente realizada.

Devemos também observar o que se passava do lado dos mouros, coisa que geralmente os cronistas portugueses deixam de tratar, por julgarem de somenos importância.

Os portugueses tiveram que se haver com os merínidas (da tribo dos Beni-Merim que se sedentarizaram no século XII a serviço dos almóadas), que constituíram uma potente dinastia e apesar de decadentes se entregavam a frutuosas piratarías no Mediterrâneo e no litoral atlântico da África do Norte. Para que o comércio luso se pudesse firmar era necessário eliminar êsses ninhos de corsários. Quando os portugueses tomaram Ceuta, os marabutos decretaram a guerra santa aos cristãos e assim quando a expedição de Tânger se esboçou, todos os príncipes muçulmanos, esquecendo suas diferenças, procuraram socorrer a praça ameaçada. Ela foi defendida por Salah ben Salah, a quem o sultão Abd el-Hakk, ou melhor vizir Abu Zakaria, enviou reforços. Arabes e bérberes afluíram em número de 100.000 homens (3), inclusive contingentes do rei de Marraqueche e de Sijilmassa. Assim puderam encurralar os portugueses na praia e lançaram contra êles oito assaltos sucessivos. Essa superioridade numérica explica muito do insucesso português.

Finalizando, nos cabe agora delimitar as responsabilidades do fracasso. Em primeiro lugar não podemos deixar de acusar el-rei D. Duarte pela iniciativa e organização inicial da expedição, pois sempre fôra um enamorado do ideal da cruzada na África. Mas principalmente a culpa cabe a D. Henrique, apesar de sabermos hoje o porquê do insucesso, tendo-se em vista as fontes muçulmanas. Êle não soube ou não pôde transportar todos os soldados arregimentados para a expedição. Não soube ou não pôde deslocar seus soldados com a possível brevidade, permitindo ao inimigo a concentração de suas tropas. Não conseguiu também fazer funcionar, como devera, o serviço de reabastecimento do exército engajado em combate com um inimigo consideravelmente superior em número. Assim, D. Henrique lutou como pôde e de maneira adversa, não ajudado por quem o devera fazer e com adversários esmagadoramente mais numerosos e completamente fanatizados pela guerra santa: o resultado teria de ser aquêle mesmo que conhecemos.

E. SIMÕES DE PAULA

Professor da Cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

(3). — Cf. Coissac de Chavrebière, *Histoire du Maroc*, Payot, 1931, pp. 248-256; Georges Hardy e Paul Aurès, *Les Grandes Étapes de l'Histoire du Maroc*. Paris. Larose. 1931, pp. 51-57.